



# **TRABALHADORES E ESTUDANTES: UMA SÓ LUTA!**

---

**As eleições para a AAC  
e a actual situação  
do Movimento Estudantil**





Numa situação política pré-eleitoral caracterizada por uma particular instabilidade, em que o progressivo reforço do MFA se combina com a escala da disputa PC-PS, em que as manobras intimidatórias da NATO se confrontam com uma situação explosiva em Portugal e no Estado Espanhol, o Movimento Estudantil debate-se contraditoriamente com a incapacidade em acompanhar a radicalização em curso no Movimento Operário, expresso na vaga de ocupações, greves e manifestações contra o desemprego, a sabotagem económica e a exploração capitalista.

E não obstante este impasse no M.E. se verificar a nível nacional, em Coimbra ele assume uma particular incidência, cujas causas em boa medida encontramos no processo eleitoral em curso.

Efectivamente, após uma fase de intenso, ainda que deformado, debate político culminando na demissão massiva da Direcção Geral reformista, o Movimento Estudantil vem atravessando uma progressiva desmobilização de que as "sessões de esclarecimento" das várias listas constituem apenas os reflexos mais espectaculares.

## porquê a desmobilização

Com efeito, quando os decretos reaccionários do MEC (serviço cívico e gestão) na exacta medida em que constituem um ataque aberto aos direitos mais elementares de amplas camadas de estudantes criam condições óptimas para a recomposição massiva do Movimento Estudantil em bases anti-capitalistas; quando a demissão da D.G. reformista, na medida em que reflecte e condiciona uma alteração da relação de forças no seio do M.E. a favor dos revolucionários, cria condições para uma superação radical da estratégia de colaboração de classes dos reformistas;

### QUE PROPOEM AS VÁRIAS TENDÊNCIAS?

Mais preocupadas na "tomada do poder" na AAC que na organização de um forte movimento estudantil, encontram-se totalmente empenhadas numa campanha eleitoral centrada num "debate" puramente ideológico entre 5 (cinco) listas que, passando completamente à margem dos eixos de luta fundamentais do momento (serviço cívico e gestão) não responde às potencialidades de mobilização dos estudantes, o que no mínimo se cifra em duas consequências:

1ª - Conduz a uma desmobilização progressiva, dando todos os trunfos à imposição dos decretos do MEC.

2ª - Mostrando-se incapaz de oferecer uma alternativa revolucionária na condução do movimento, proporciona aos reformistas uma retomada de fôle

go, que não deixará por certo de se reflectir nos resultados eleitorais.

Na concretização de qualquer destas consequências importa reconhecer o devido mérito às concepções "basistas" que remetendo os problemas fundamentais para uma discussão nas faculdades, numa altura em que estas até nem funcionavam, não podem senão conduzir a um espartilhamento do M.E., que acabará por impedir uma resposta central à ofensiva centralizada do MEC.

Contudo, por detrás da aparente cegueira política das várias tendências encontramos as mesmas concepções sindicalistas, cuja crítica é necessário o levar até às suas últimas consequências sob pena de cairmos no próprio terreno dos sindicalistas, ainda que com objectivos contrários.

Pressupondo a existência de "interesses comuns a todos os estudantes", daí os sindicalistas decorrem a existência de uma mobilização permanente em torno desses interesses, o que os leva a proclamar a necessidade de uma direcção permanente do Movimento Estudantil para cada ano, que se tratará agora de eleger. É assim que para eles a lista que recolher mais votos (duzentos ou quinhentos, não importa) será representativa de todos os estudantes e o seu programa o programa dos estudantes.

Quanto a nós, a heterogeneidade política e sociológica do meio estudantil, ao mesmo tempo que conduz à impossibilidade de unificar estavelmente todos os estudantes em torno dos seus "interesses", implica que o M.E. se caracterize por constantes fluxos e refluxos, incapaz de manter uma mobilização permanente. Neste sentido, uma efectiva direcção política para o movimento só poderá surgir das lutas nas quais os estudantes decidirão democraticamente quais as formas organizativas que correspondem às necessidades de momento. É na própria dinâmica da luta que os estudantes reconhecerão qual a direcção política do movimento.

Isto não significa que neguemos a necessidade das Associações de Estudantes, cuja existência e importância reconhecemos enquanto prestação de serviços, local de reunião e discussão política, e de apoio técnico às lutas progressistas. Unicamente significa que não reconhecendo uma direcção permanente para o movimento consideramos que o papel da futura "Direcção Geral" será única e exclusivamente o de gestora técnico-financeira da AAC.

E não obstante quaisquer votações ou declarações pretendendo reconhecer-lhe outro papel, será a própria situação objectiva que a remeterá inevitavelmente para aquelas funções. Na verdade, perante cada problema concreto cada tendência fará as suas propostas, cabendo aos estudantes adoptá-las ou não. É evidente que ainda que as suas propostas sejam rejeitadas, ainda que o seu programa seja ultrapassado, "A Direcção Geral" continuará a arvorar-se em direcção e em representativa porque continua a aplicar o programa outrora



votado, mas a isso os estudantes responderão como o fizeram em Dezembro último.

Deixemos as eleições aos sindicalistas!

---

## uma situação de crise global

---

A sociedade portuguesa atravessa neste momento uma fase em que, pe se ainda a crise da dominação burguesa, o proletariado, na ausência de uma direcção revolucionária, se mostra incapaz de tomar o poder.

No quadro geral do seu projecto de integração no Mercado Comum, a burguesia necessita de reconverter o aparelho produtivo, sob pena de se ver afastada da competição inter-capitalista; contudo, a sua extrema debilidade, confrontada com o salto operado na capacidade reivindicativa dos trabalhadores portugueses, impede-a de o fazer a não ser recorrendo aos despedimentos e inflação, ou seja, sem ser à custa dos sacrifícios da classe operária.

A este projecto a classe operária vem respondendo com uma poderosa mobilização, que se ressentia contudo, da falta de uma direcção revolucionária capaz de unificar e dar uma expressão centralizada às lutas, o que em boa medida vem frustrando a combatividade crescente da classe operária.

Contudo, se este handicap impede de imediato uma alteração radical da relação de forças a favor dos trabalhadores, o movimento operário português atingiu já um tal desenvolvimento, que obsta à aplicação de qualquer projecto da burguesia, a não ser à custa de uma prévia derrota da classe operária.

E se a combinação de uma situação internacional explosiva, especialmente no Estado Espanhol, com a combatividade, por agora não golpeada da classe operária portuguesa, tornam para já imprevisível uma tal derrota, é indiscutível que, em todo o caso ela é parte integrante de qualquer plano de sobrevivência da burguesia. Falhados que foram os ataques que apontavam nesse sentido (golpe constitucional de Palma Carlos e intentona de 28 de Setembro) a burguesia aposta agora tudo numa estrondosa vitória eleitoral como meio de lhe proporcionar a instauração legal de um Estado forte, única solução que, permitindo uma contenção mínima dos salários, cria as condições para uma competição rentável com as burguesias europeias.

Independentemente da viabilidade deste projecto interessa agora a preender o modo como a "questão do ensino" nele se enquadra.



Em primeiro lugar constata-se que o processo desencadeado a 25 de Abril

conduz a um relativo afastamento da burguesia do controlo estreito dos aparelhos de Estado ligados ao ensino, em proveito dos militares e dos reformistas. Contudo, a natureza bonapartista do MFA (pretendendo jogar acima dos interesses das classes, o que o leva a jogar inevitavelmente a favor dos interesses da classe dominante), bem como a estratégia de colaboração de classes dos reformistas (interessados em aparecer como os melhores gestores do sistema capitalista) transformam qualquer destas duas forças em fiéis intermediários da burguesia no ensino.

Assim se explica que todas as propostas do MEC vão no sentido da estabilização do funcionamento do sistema capitalista.

O serviço cívico, impedindo o acesso de 28.000 estudantes à Universidade, garante as normas mínimas de selecção no quadro da rentabilização capitalista da Universidade.

O decreto sobre a gestão, na medida em que retira o poder deliberativo às assembleias de escola, tem em vista assegurar a "pacificação" necessária para a imposição a frio dos projectos do MEC.

No entanto, na medida em que constituem atentados aos mais elementares direitos democráticos, qualquer destes decretos é susceptível de encontrar oposição firme de amplas camadas de estudantes.

Ao mesmo tempo os reformistas, totalmente empenhados na sua aplicação, estão à partida impossibilitados de dar qualquer resposta à disposição de luta dos estudantes. Tal facto tem levado ao seu progressivo isolamento e consequente perda de hegemonia no enquadramento do meio estudantil.

No entanto, na falta de uma perspectiva clara das tarefas centrais, na falta de uma direcção política consequente a nível nacional, o Movimento Estudantil tem-se diluído numa prática estiolante, caracterizada por uma polémica marcadamente sectária entre as várias correntes, o que por um lado leva à desmobilização dos sectores mais recuados, inicialmente predispostos à luta, e por outro cria um vácuo de direcção política que, a não ser suprido os reformistas tenderão a preencher.

## que fazer?

Nesta medida consideramos que só a mobilização massiva de amplas camadas de estudantes em torno das reivindicações mais sentidas (serviço cívico e gestão) poderá levar à recomposição massiva do M.E. em moldes anti-capitalistas.

Interessa antes do mais organizar democraticamente o movimento, re



geitando todas as perspectivas sectárias, permitindo o livre debate entre todas as tendências, garantindo a mais ampla unidade na acção de todas as correntes anti-capitalistas, coordenando nacionalmente o movimento através de contactos entre comités eleitos na base dos estudantes em luta.

Só esta via permitirá impor uma relação de forças que na actual fase de instabilidade política geral force o MEC a ceder, saldando-se por uma vitória que lance as bases de uma sólida organização do M.E. capaz de resistir com sucesso aos afrontamentos futuros com o Estado Burguês.

Para isso compete aos revolucionários perspectivar estas mobilizações no quadro da luta contra a selecção burguesa e a rentabilização capitalista da escola, que visa adaptar a cada momento os aparelhos escolares às necessidades de funcionamento do aparelho produtivo;

- na luta contra o autoritarismo e a arregimentação da juventude, que visa preparar o jovem para a hierarquização da sociedade e a submissão à autoridade do chefe;

- na luta contra a intoxicação ideológica e o conteúdo reaccionário das matérias, visando preparar o estudante para os futuros papéis sociais e profissionais, ao mesmo tempo que procura legitimar a divisão da sociedade em classes e a aceitação da ordem social vigente.

A única solução é apoiar-se nas contradições que atravessam a escola para, através de uma clara perspectivação política fazer transcrever a CRÍTICA DA UNIVERSIDADE NA CRÍTICA DA SOCIEDADE, que leve cada vez maior número de estudantes à compreensão que a solução radical dos problemas do ensino pressupõe a alteração radical das estruturas sociais.

Esta é a única via de unir a luta estudantil à luta dos trabalhadores, fazendo ganhar ao M.E. a prática do apoio massivo às lutas operárias, organizando-o como um forte movimento político de massas contra os projectos da burguesia, integrando-o na frente de luta mais geral da classe operária contra os capitalistas e o seu Estado, construindo, em suma, uma ampla frente de luta pela REVOLUÇÃO SOCIALISTA próxima.

# TRABALHADORES e ESTUDANTES:

## UMA SÓ LUTA !

